Edição 2986 - Ano 57 - Capão Bonito, 16 de outubro de 2026

R$ 1,00

A TRIBUNA SUDOESTE

Micro-ônibus capota e deixa 3 mortos e 11 feridos



Página 16

Prefeito Julio Fernando inaugura nova UBS Rural



Pág 07



A TRIBUNA SUDOESTE
Publicado desde 1969 - Registrado sob nº 09
Propriedade da empresa R M Lincoln Tallarico
Fundado por:
JOSÉ CARLOS TALLARICO
Diretor Comercial:
CARLOS ALBERTO TALLARICO
Rua Silva Jardim, 729 - Centro - Capão Bonito - SP
FONE: (15) 99749-6463
e-mail: kingtallarico@gmail.com
Circulação: *Capão Bonito - Buri - Guapiara Ribeirão Grande - Taquarivaí*
Colaboradores: *Dimas Ramalho, Luiz Carlos de Proença, Maria do Carmo Lincoln R. Paes e Luciano Baixinho.*
O Jornal não se responsabiliza pelas matérias assinadas. Por seus conteúdos respondem exclusivamente os signatários.

COMENTANDO

JCT
In memorian



Resumo das principais notícias

Alcolumbre tira PEC da Segurança da pauta após impasse sobre maioridade penal

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), retirou da pauta de votação do plenário desta quinta-feira (15) a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Segurança Pública.

A decisão foi tomada após um impasse sobre emendas apresentadas ao texto que previam a redução da maioridade penal.

"Eu vou tirar de pauta a PEC da Segurança Pública, porque agora nós vamos aguardar os entendimentos dos senadores e das senadoras sobre o tema, sobre o texto, sobre a emenda, porque agora eu estou sendo o culpado de emendas que foram apresentadas, de que vai alterar o texto, voltar para a Câmara e que não pode ser uma discussão açodada", anunciou o presidente do Senado.

"A minha decisão é tirar da pauta de votação hoje, atendendo aqueles que acharam que eu botei no meio da comemoração para não ter pedido de verificação. Está tirado da pauta", completou Alcolumbre. *(Brasília/Augusto Fernandes, do R7, em Brasília)*

Delegada é presa no DF suspeita de receber R$ 50 mil de organização criminosa
Investigação apura tráfico de drogas e lavagem de dinheiro; policial é suspeita de fornecer informações sigilosas ao grupo

A delegada Maria Virginia Greenwood Pinto, da Polícia Civil do Pará, foi presa em uma operação que investiga tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Ela é suspeita de receber R$ 50 mil para fornecer dados sigilosos a uma organização criminosa.

A investigação, iniciada pela Polícia Civil de Pernambuco, descobriu sua colaboração com o crime organizado em São Paulo. A prisão ocorreu no Distrito Federal e materiais relacionados ao caso foram apreendidos. A polícia continua a investigação para identificar outros envolvidos. *(Balanço Geral DF/Do R7)*

OPINIÃO

A herança fiscal do atual governo que ameaça o futuro do Brasil

Diante do descalabro da atual gestão no que diz respeito às finanças públicas, resolvi reforçar um alerta que vem sendo feito por economistas, jornalistas, professores, juristas e especialistas: o governo que assumir os destinos do Brasil em 2027 terá de aplicar um choque econômico dramático sobre o povo brasileiro.

O presidente Lula entregará o poder ao próximo presidente ou, se for reeleito, enfrentará uma gestão absolutamente descompassada do ponto de vista financeiro. A dívida do Brasil está crescendo cada vez mais, e a atividade econômica, caindo progressivamente. Os juros estão sempre altos, e não há condições de serem reduzidos.

O Brasil hoje deve o equivalente a 83% do PIB nacional, e isso terá de ser pago. Calcula-se que esse número deverá aumentar até 2029, se o país continuar nesse ritmo.

O governo anterior, do Presidente Bolsonaro, deixou as contas com um superávit de R$ 54 bilhões, que o atual governo fez desaparecer já no primeiro ano. Ao continuar gastando compulsivamente, o Executivo vem gerando déficits sucessivos. Isso mostra que esse descompasso, este desgoverno, este descalabro e essa desastrosa política financeira de gastar sem controle e sem receita correspondente vão gerar um imenso caos.

Na Assembleia Nacional Constituinte, participei da comissão que tratou do setor financeiro e fui ouvido em diversos momentos, particularmente no que diz respeito ao Título VI da Carta Magna (da Ordem Financeira e Tributária). Nós, que integramos a comissão, especialmente o jurista Décio Miranda, dizíamos: "*Agora não haverá mais déficit, porque a Constituição estabeleceu que nada pode ser feito sem os recursos devidos; é preciso ter as fontes necessárias*".

Entendíamos, pelo texto dos artigos 165 a 169 da Constituição Federal que o endividamento seria uma exceção. Jamais imaginamos um endividamento de tal proporção quanto o que existe hoje, transformado em algo tão normal, natural e corriqueiro a ponto de crescer continuamente. Esse quadro se reflete na Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que atingiu 82% do PIB recentemente (82,9% do PIB (equivalente a R$ 11,1 trilhões) em agosto de 2026, segundo dados oficiais divulgados pelo Banco Central) e deve ultrapassar 83% até o fim do ano.

Cabe recordar aqui as palavras certeiras do embaixador e economista Roberto Campos, que sintetizou com precisão cirúrgica os perigos da hipertrofia estatal e da irresponsabilidade orçamentária: "*O bem que o Estado pode fazer é limitado; o mal, infinito. O que ele nos pode dar é sempre menos do que nos pode tirar.*" Quando os governantes se julgam acima dos limites aritméticos impostos pela realidade, o Estado deixa de ser o indutor do progresso para se tornar o grande devorador da riqueza nacional.

Essa marcha irresponsável rumo ao abismo fiscal demonstra o desapego com a matemática elementar e com o próprio bem-estar das gerações vindouras. A ilusão demagógica de que o Estado possui recursos infinitos para custear o voluntarismo político invariavelmente desemboca no confisco silencioso promovido pela inflação, na carestia do crédito e no empobrecimento generalizado da população mais vulnerável.

A restauração do equilíbrio fiscal não é apenas uma diretriz econômica fria ou uma exigência de mercados financeiros; é um dever moral e uma imposição pétrea do texto constitucional. Se o Congresso Nacional e a sociedade civil não impuserem barreiras firmes à gastança desmedida e à erosão da responsabilidade fiscal, o Brasil continuará a ser o país do futuro que nunca chega — condenado a pagar eternamente a conta do populismo de hoje com o sacrifício do amanhã.

Não é possível que o presidente da República não tenha percebido — após ser alertado por todos os grandes economistas, juristas e editoriais dos principais jornais do país — que levou o Brasil para a beira do precipício.

É preciso considerar que, se ele for reeleito com essa mentalidade de gastar sem a devida cobertura orçamentária, a economia sofrerá uma desaceleração ainda maior, com queda do desenvolvimento, e mais empresas entrarão em recuperação judicial.

Ao optar por expandir o gasto público sem freios e priorizar soluções arrecadatórias em vez de cortar despesas, o governo Lula aposta em um modelo esgotado de crescimento via intervencionismo estatal. Essa escolha deliberada de ignorar a prudência fiscal e sufocar o setor produtivo com impostos corrói a confiança dos investidores, eleva os juros e transfere para as próximas gerações uma conta impagável. Trata-se de uma política econômica que sacrifica a estabilidade de longo prazo em nome do populismo imediato.

Estamos realmente vivendo um momento da nossa história que me lembra o título de um filme protagonizado por Arnold Schwarzenegger: "O Exterminador do Futuro". O atual governo está exterminando o futuro econômico do Brasil.



Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifieo, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio - SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp)

Maioridade penal: a pergunta errada

A redução da maioridade penal voltou ao centro da política este ano. Em junho, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou, por 44 votos a 18, a proposta que baixa de 18 para 16 anos a idade a partir da qual alguém responde como adulto. Em agosto, foi instalada a comissão especial que analisa o texto. Para valer, a mudança ainda precisa de três quintos dos votos, em dois turnos, na Câmara e no Senado.

A indignação que move esse debate é legítima. Ninguém aceita ver uma família destruída e ouvir que o autor "não vai pagar por nada". Só que essa frase não corresponde à lei.

No Brasil, o adolescente responde por seus atos a partir dos 12 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê medidas que vão da advertência à internação, que é a perda da liberdade em unidade própria para jovens, por até três anos, com liberação obrigatória aos 21. O que a Constituição impede é que ele seja julgado como adulto e mandado ao presídio comum.

A comparação com outros países costuma ser feita pela metade. Alemanha e Espanha começam a responsabilizar aos 14 anos (mais tarde que o Brasil) e sempre numa justiça juvenil especializada. Na Alemanha, o juiz pode aplicar a lei juvenil até a jovens de 20 anos, conforme a maturidade. A Argentina baixou a idade de 16 para 14 anos em fevereiro, mas criou um sistema separado para essa faixa, com a prisão como último recurso. Nenhum desses modelos põe um garoto de 16 anos na cela de um adulto.

Esse é o centro da minha preocupação. Das cerca de 960 mil pessoas que cumprem pena no Brasil, mais de 720 mil estão atrás das grades, em unidades superlotadas onde as facções recrutam com facilidade, oferecendo proteção em troca de lealdade. O jovem que entra por um roubo pode sair como soldado do crime organizado, com a vida inteira pela frente.

Isso não quer dizer que o sistema atual funcione bem. Muitas unidades de internação estão lotadas, sem escola de verdade e sem acompanhamento depois da saída. Há casos de crueldade extrema em que três anos parecem pouco, e esse ponto merece debate sério, inclusive sobre prazos maiores para crimes gravíssimos. O caminho, porém, passa por fazer o ECA funcionar: internação que eduque, oficina que prepare para o trabalho, família por perto.

A pergunta que deveria nos ocupar é outra: o que fazer para que um menino de 16 anos não chegue aos 25 com uma ficha criminal extensa? A resposta está mais perto da escola e da família do que do presídio.



Eder Ricardo Fior é advogado criminalista e autor do livro "Luz nas Grades: bandido bom é bandido recuperado"

PODE?

Nas redes sociais

Capão Bonito - Notici...

2 d ·

"A falta de colaboração também precisa ser questionada!"
Fico indignado ao ver pessoas invadindo as obras da Prefeitura aqui na João Antunes, mesmo com o local interditado, passeando com seus cachorros, gatos e sabe-se lá com quantos outros animais. Será que as pessoas não entendem que, se uma obra está interditada, existe um motivo?
Depois, são as primeiras a criticar, dizendo que o prefeito usou material de quinta categoria, que a obra ficou ruim ou que o serviço não foi bem feito. Mas será que essas mesmas pessoas fazem a sua parte? Como cobrar qualidade se não existe o mínimo de respeito e colaboração com aquilo que está sendo feito?
Não adianta cobrar melhorias e, ao mesmo tempo, agir de maneira que possa prejudicar o resultado do próprio trabalho. Uma obra pública é patrimônio de todos, feita para beneficiar a população. Respeitar a interdição, evitar circular pelo local e ter responsabilidade são atitudes básicas de cidadania.
Antes de criticar, é preciso também fazer uma autocrítica. A população tem todo o direito de cobrar transparência, qualidade e responsabilidade da Prefeitura, mas também precisa cumprir sua parte.
Cobrar é um direito. Colaborar é um dever. Respeitar o que é público é uma obrigação de todos! Prefeitura de Capão Bonito

· 2 d
Concordo em gênero número e grau 👍👏🇧🇷

· 2 d
Concordo

· 2 d
Cobrar melhorias é um direito, colaborar é um dever! A qualidade das obras públicas depende tanto da responsabilidade da Prefeitura quanto da consciência e colaboração da população. Respeitar as interdições é um ato de cidadania que contribui para o bom resultado dos serviços e o bem de todos. Capão Bonito cresce com trabalho, respeito e união!

PODE?

Frases PODE?

Eu gosto tanto de dormir que é a primeira coisa em que eu penso quando acordo.

Nasci com a maldição de rir nos momentos sérios.

Siga o seu sonho; continue dormindo.

É melhor chegar atrasado nessa vida do que chegar adiantado na próxima!

Piadas... PODE?

Eu perdi peso no mês passado.
Mas este mês ele já me encontrou de novo.

Eu saí do meu trabalho. Não conseguiria continuar lá depois do que o meu chefe disse...
- O que ele disse?
- Você está despedido.

PEC da segurança pública barra atuação dos Municípios sem garantia de financiamento



A Confederação Nacional de Municípios (CNM) denuncia o tratamento desigual que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, dá aos Municípios. Sob o pretexto de modernizar a segurança nacional, a União consolida uma prática recorrente: o repasse sistemático de obrigações e a transferência de responsabilidades aos Municípios, **forçando os gestores locais a atuar em um cenário financeiro e estrutural já fragilizado**, sem quaisquer garantias de contrapartidas efetivas, fortalecimento dos agentes na ponta ou respeito à autonomia federativa.

A PEC apenas reforça a interpretação equivocada de que segurança pública é sinônimo de polícia. Além disso, a União não se compromete com as questões estruturais da violência e simplesmente fala de responsabilidades dos Estados e Municípios.

A população pressionará prefeitos e prefeitas para atenderem às pressões relacionadas à segurança pública, uma responsabilidade dos Estados. Frente à resposta estadual insuficiente e à distribuição assimétrica de competências e recursos, os Municípios absorvem atribuições e desenvolvem políticas públicas sem uma fonte concreta, estável e permanente de financiamento para a área. Ao invés de reformular mecanismos de financiamento, repasse, valorização e fortalecimento das capacidades do Município de prevenção da violência, a PEC não inova e não atende às necessidades dos Municípios, que seguem sem ter seu papel de entes respeitado.

O golpe mais duro contra os prefeitos está na partilha de recursos. A PEC prevê a distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional, contudo, no momento de definir a transferência obrigatória e independentemente de convênio, o texto destina 50% dos fundos exclusivamente aos Estados e ao Distrito Federal. **Os Municípios foram sumariamente apagados da partilha obrigatória, institucionalizando a exclusão municipal dos recursos nacionais de segurança**. Enquanto os Estados receberão transferências fundo a fundo de forma ágil, os Municípios continuarão reféns da burocracia e imprevisibilidade dos convênios e contratos de repasse.

A PEC 18/2025 não é um pacto pela segurança, e sim uma imposição de deveres sem qualquer suporte financeiro às prefeituras. A União exige que os Municípios assumam a linha de frente no enfrentamento às questões relacionadas à segurança pública, mas parece nem mesmo compreender o papel constitucional dos Municípios na prevenção e no enfrentamento à violência, já que o texto não corrige assimetrias ou oferece condições para que os gestores locais possam executar ações na área.

A CNM é contrária à penalização contínua dos Municípios por um modelo que concentra os recursos em Brasília e descentraliza apenas as crises e as obrigações. Uma PEC que, minimamente, não garante respeito ao pacto federativo e financiamento justo para a segurança pública municipal não é representativa das demandas reais enfrentadas pelos gestores públicos na maioria das cidades brasileiras, pois ignora a realidade de quem faz a política pública acontecer na ponta.

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM



SAÚDE

Infecção urinária voltou? Saiba quando episódios recorrentes precisam ser investigados

Duas infecções em seis meses ou três em um ano já caracterizam recorrência; hábitos, menopausa, cálculos e alterações no esvaziamento da bexiga podem favorecer novos episódios



A cistite (inflamação na bexiga) não complicada em mulheres normalmente se apresenta com ardência ao urinar, vontade frequente de ir ao banheiro. O tratamento costuma ser simples e os sintomas rapidamente desaparecem. O problema é quando, semanas ou meses depois, os sintomas aparecem novamente. Duas infecções urinárias em seis meses ou três no período de um ano já caracterizam um quadro recorrente, situação em que pode ser necessário investigar o que está favorecendo novos episódios, em vez de apenas tratar cada crise.

As mulheres são mais suscetíveis às infecções do trato urinário (ITU), principalmente por características anatômicas. Segundo Rodrigo Campos, urologista da Rede de Hospitais São Camilo de São Paulo, a uretra feminina é mais curta e está próxima ao ânus, o que facilita a chegada de bactérias do intestino ao trato urinário.

A *Escherichia coli*, bactéria normalmente encontrada no intestino, é o microrganismo mais frequentemente relacionado às infecções urinárias. Quando os episódios começam a se repetir, porém, tratar cada nova crise pode não ser suficiente.

"Quando existe recorrência, precisamos olhar para o histórico da paciente e entender o que pode estar facilitando essas infecções. A frequência dos episódios, a relação com determinados hábitos e as condições clínicas individuais ajudam a definir se é necessário investigar além daquela crise específica", explica Campos.

Atividade sexual, gravidez e menopausa estão entre os fatores associados às infecções de repetição. Cálculos urinários e alterações que dificultam o esvaziamento completo da bexiga também podem favorecer novos episódios.

Após a menopausa, a redução do estrogênio provoca mudanças na mucosa e na microbiota vaginal que podem aumentar a suscetibilidade às infecções urinárias. Por isso, tanto a investigação quanto às estratégias de prevenção devem considerar a idade, o histórico e as condições clínicas de cada paciente.

Nos quadros recorrentes, a urocultura pode ajudar a confirmar a infecção e identificar a bactéria envolvida. Diretrizes da European Association of Urology recomendam que o diagnóstico de cistite recorrente seja confirmado por cultura de urina. Isso não significa que todas as pacientes precisem passar por uma extensa bateria de exames. Avaliações complementares são indicadas de acordo com o histórico e a suspeita de alterações no trato urinário.

"Um dos cuidados é evitar que a paciente entre em um ciclo de sentir os sintomas e repetir antibióticos sem avaliação. Além de não esclarecer por que as infecções estão voltando, o uso inadequado desses medicamentos pode favorecer a resistência bacteriana", afirma o urologista.

O que pode ajudar a evitar novas infecções?

As medidas de prevenção dependem dos fatores envolvidos em cada caso. Manter hidratação adequada e evitar passar longos períodos sem urinar estão entre os cuidados que podem ser orientados, especialmente para mulheres que costumam consumir pouco líquido.

A hidratação, inclusive, já foi estudada como estratégia preventiva. Um estudo citado pela diretriz europeia acompanhou mulheres na pré-menopausa que consumiam menos de 1,5 litro de líquidos por dia. A adição de 1,5 litro de água ao consumo diário reduziu a ocorrência de novos episódios de cistite e o uso de antibióticos ao longo de 12 meses.

Em algumas situações, outras estratégias podem ser discutidas com o médico. Para mulheres após a menopausa, por exemplo, o estrogênio vaginal pode ser considerado como medida preventiva. Já a profilaxia com antibióticos é reservada a casos selecionados, quando outras medidas não são suficientes, após avaliação individual dos riscos e benefícios.

A repetição das infecções já é motivo para procurar avaliação médica. Também merecem atenção sintomas que persistem após o tratamento ou retornam em pouco tempo. Febre, calafrios, náuseas, vômitos e dor na região lombar exigem avaliação, pois podem indicar que a infecção atingiu partes superiores do trato urinário.

"Mais do que contar quantas infecções a pessoa teve, é preciso entender o padrão. Saber quando elas acontecem, quais fatores estão presentes e se existe alguma condição favorecendo os episódios permite pensar em prevenção, em vez de simplesmente esperar a próxima crise", conclui Campos.

Sobre a Rede de Hospitais São Camilo de São Paulo

No Brasil desde 1922, a São Camilo pertence à Ordem dos Ministros dos Enfermos, fundada por São Camilo de Lellis. Além de hospitais, conta com Centros de Educação Infantil, Colégios e Centros Universitários.

As Unidades Pompeia, Santana e Ipiranga fazem parte da Rede de Hospitais de São Paulo, que prestam atendimentos em mais de 60 especialidades e cirurgias de alta complexidade em neurologia, cardiologia, transplantes de fígado e musculoesquelético, cirurgias robótica e bariátrica. Por meio da atuação filantrópica, apoiam na manutenção das atividades de vários Hospitais administrados pela São Camilo no Brasil com atendimento ao SUS.

A Rede de Hospital São Camilo de São Paulo possui Centro de Oncologia e de Hematologia (Transplantes de Medula Óssea) e tratamento com CAR-T-CELL. Referência em urgência e emergência conta com PS Adulto, Infantil e 60+. Possui a Certificação em nível Diamante da Qmentum Internacional, o Selo Amigo do Idoso e as Certificações PALC e ABHH.





ASSOCIE-SE À *SANTA CASA*, UM DIA VOCÊ PODE PRECISAR DELA









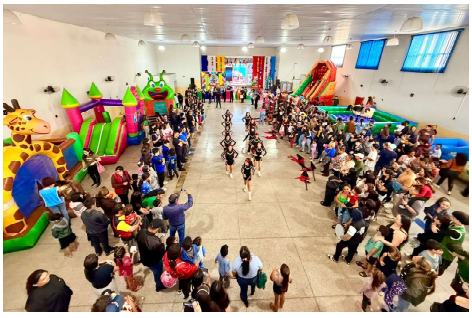
Capão Bonito celebra Dia das Crianças com programação especial no Centro Paulo Freire

Evento reuniu atividades recreativas, apresentações culturais, distribuição de doces e atrações para crianças e famílias do município









A Prefeitura de Capão Bonito, por meio do Fundo Social de Solidariedade e da Divisão de Cultura, realizou no domingo, 11 de outubro, uma programação especial em comemoração ao Dia das Crianças 2026. O evento aconteceu no Centro Educacional, Cultural e Esportivo Paulo Freire, que recebeu crianças, adolescentes e familiares para um dia de diversão, cultura e convivência.

A comemoração contou com uma estrutura preparada para receber o público infantil, incluindo decoração temática, brinquedos infláveis, camas elásticas, touro mecânico, jogos recreativos e atividades de pintura facial. Também foram distribuídos kits de doces, pipoca e algodão-doce, proporcionando diferentes opções de entretenimento durante a programação.

Os espaços do Centro Paulo Freire foram organizados para a realização simultânea das atividades. Enquanto algumas crianças aproveitavam os brinquedos e jogos, outras acompanhavam as apresentações artísticas, participavam das atividades recreativas ou interagiam com personagens infantis.

A programação cultural reuniu diferentes atrações e valorizou a participação de artistas, estudantes e grupos do município. Entre as apresentações estiveram Clayton Jackson e Bia Costa, uma dupla formada por mãe e filha e alunos dos professores Bráulio e Lisiane, das Atividades Complementares do Centro Paulo Freire.

A Fanfarra da Escola Estadual João Baptista e a Banda Marcial Municipal Cavaleiros Vermelhos participaram da comemoração, levando apresentações musicais ao público. Outro destaque foi a apresentação de mímica realizada pelas alunas do curso de Teatro Adulto da Associação Comunitária Flor do Panema.

O evento contou ainda com a participação de Lara Emanuelly, Miss Mini, e Milena Victoria, Miss Infantil, ambas concorrentes ao Miss São Paulo Teen Infantil. Personagens infantis também estiveram presentes, interagindo com as crianças e participando de fotografias com as famílias.

O prefeito Júlio Fernando Galvão Dias acompanhou a programação, conversou com crianças e familiares e participou da distribuição dos kits de doces. Durante a comemoração, também esteve presente o vereador Fio Londrina, que acompanhou as atrações e participou das entregas.

A realização da festa no Centro Paulo Freire contou com recursos destinados por meio de emendas impositivas do vereador Alan Senciatti, no valor de R$ 10 mil. Desse total, R$ 5 mil foram destinados aos brinquedos e R$ 5 mil à aquisição de doces para a comemoração.

Além da programação realizada no Centro Paulo Freire, outras comemorações do Dia das Crianças foram organizadas pelo Fundo Social de Solidariedade nos bairros Vila Aparecida e Jardim Boa Esperança. Para essas atividades, o vereador Cleiton Sassá destinou R$ 15 mil em emendas impositivas, sendo R$ 10 mil para brinquedos e R$ 5 mil para doces. Os recursos tiveram destinação específica para as festividades dos dois bairros, não integrando o valor destinado à festa do Centro Paulo Freire.

A programação especial proporcionou momentos de alegria e integração entre crianças, familiares, artistas e equipes organizadoras. As apresentações culturais também deram visibilidade ao trabalho desenvolvido por grupos estudantis e projetos culturais de Capão Bonito.

Com atividades de lazer, recreação e cultura, a comemoração do Dia das Crianças reforçou a importância de oferecer espaços de convivência e oportunidades de entretenimento para as famílias, valorizando a infância e a participação da comunidade nas ações promovidas pelo município.

Assessoria de Imprensa
Prefeitura Capão Bonito

















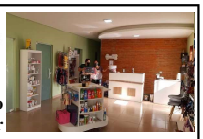
Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande/SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE torna público, que na plataforma **Bolsa de Licitações e Leilões** endereço eletrônico **www.bll.org.br,** será realizado **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026 - Processo: 23760/2026. Contratação de empresa especializada para Transporte Escolar no Município de Ribeirão Grande/SP.** Os documentos, deverão ser inseridos até as **09h30** do dia **05 de novembro de 2026.** O edital poderá ser solicitado através do e-mail: **licitacao@ribeiraogrande.sp.gov.br,** e nos sites **www.ribeiraogrande.sp.gov.br.** e **www.bll.org.br.**

Ribeirão Grande/SP. 14 de outubro de 2026.

Marcelo Luis Nunes
Prefeito Municipal

ASSOCIE-SE À *SANTA CASA,*
UM DIA VOCÊ PODE PRECISAR DELA

Pet Family
Atendimento Domiciliar

* Clínica Veterinária
* Banho * Tosa * Pet Shop
Rafael J. A. Ferreira
Médico Veterinário
CRMV/SP 29.409
Rua Nove de Julho, nº 320
Capão Bonito
(Em frente à REFRIMAQ)
Fone: (15) 3542-3284
99646-5911

SERRALHERIA E CALHAS DINGO (15) 3542-1473 - 9131-4089
Portas, Grades, Portões, Janelas, Calhas, Forro PVC, Rufos c/4 Metros, Estruturas Metálicas, Ferro p/ Construções e Reformas em Geral

BAR AVENIDA
LANCHONETE E RESTAURANTE
DISK-LANCHES (15) 3542-1633
VENDE-SE GELO

ABERTO DE SEGUNDA A SÁBADO
SERVIMOS ALMOÇO DE SEGUNDA A SÁBADO
AV. LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, 266 - CAPÃO BONITO / SP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAPÃO BONITO
FORO DE CAPÃO BONITO
1ª VARA
Rua Rafael Machado Neto, 50, -, Vila Nova Capão Bonito - CEP 18304-120, Fone: (15) 3542-2555, Capão Bonito-SP - E-mail: Capbonito1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS – SERVIDÃO ADMINISTRATIVA– LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS

Processo Digital nº:	**1001802-64.2025.8.26.0123**
Classe: Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Imissão**
Requerente:	**Cox Transmissora 1 Sa**
Requerido:	**Eucakil Industria e Comercio Madeiras Ltda e outro**

Tramitação prioritária

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1001802-64.2025.8.26.0123.

A MM. Juíza de Direito da 1ª Vara, do Foro de Capão Bonito, Estado de São Paulo, Dra. BÁRBARA GALVÃO SIMÕES DE CAMARGO, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) **COX TRANSMISSORA 1 SA** move uma **AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA COM PEDIDO LIMINAR DE IMISSÃO DE POSSE** contra **EUCAKIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA** e **BRACELL SP FLORESTAL LTDA**, objetivando uma área de 0,4614 hectares do imóvel denominado Sítio dos Cravos, na faixa de servidão SEITAII-SECB 202 *(ÁREA DE SERVIDÃO: 0,4614 HECTARES – Limites e Confrontações: A poligonal inicia no ponto MP, de coordenadas UTM E= 757.814,58 metros e N= 7.339.069,54 metros, na projeção UTM, referidas ao Meridiano C. -51 WGr., Datum SIRGAS 2000; deste ponto segue confrontando com RODOLFO FRANCISCO CRAVO, ao azimute plano de 49°12'10" e distância de 32,54 m até o ponto 01 de coordenadas UTM 757.839,22 metros Este e 7.339.090,81 metros Norte, deste ponto segue confrontando com RODOLFO FRANCISCO CRAVO, ao azimute plano de 93°15'00" e distância de 58,86 m até o ponto 02 de coordenadas UTM 757.897,99 metros Este e 7.339.087,47 metros Norte, deste ponto segue confrontando com RODOLFO FRANCISCO CRAVO, ao azimute plano de 44°05'13" e distância de 10,60 m até o ponto 03 de coordenadas UTM 757.905,36 metros Este e 7.339.095,09 metros Norte, deste ponto segue confrontando com RODOLFO FRANCISCO CRAVO, ao azimute plano de 81°36'59" e distância de 48,51 m até o ponto 04 de coordenadas UTM 757.953,36 metros Este e 7.339.102,16 metros Norte, deste ponto segue confrontando com RODOLFO FRANCISCO CRAVO, ao azimute plano de 122°40'13" e distância de 7,60 m até o ponto 05 de coordenadas UTM 757.959,75 metros Este e 7.339.098,06 metros Norte, deste ponto segue confrontando com RODOLFO FRANCISCO CRAVO, ao azimute plano de 122°40'13" e distância de 28,91 m até o ponto 06 de coordenadas UTM 757.984,09 metros Este e 7.339.082,45 metros Norte, deste ponto segue confrontando com EUCAKIL COMERCIO DE MADEIRA LTDA, ao azimute plano de 258°53'16" e distância de 203,90 m até o ponto 07 de coordenadas UTM 757.784,01 metros Este e 7.339.043,16 metros Norte, deste ponto segue confrontando com RODOLFO FRANCISCO CRAVO, ao azimute plano de 49°12'10" e distância de 40,39 m até o ponto MP, onde teve início a descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM)*, localizado na Estrada do Mato Comprido, dos Lemes, na zona rural de Capão Bonito/SP, em conformidade com o que consta da Matrícula Imobiliária sob nº. 12.155, do Cartório de Registro de Imóveis do Município e Comarca de Capão Bonito – SP, declarados de utilidade pública. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Capão Bonito, aos 24 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



Rua Altino Arantes, 198 – Centro – Fone (15) 3542 1666 – Cep:- 18.300-290 – Capão Bonito/SP
Órgão Sindical de 1.º Grau – Fundado em 01/09/74
Reconhecido em 13/09/76 – Publicado DOU em 09/11/77
Processo MTB n.º 304.416/76 – C.N.P.J. (MF) n.º 45.858.818/0001-88

Assembleia Geral Extraordinária
Edital de Convocação

Ficam convocados os trabalhadores rurais associados quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais representados estatutariamente por este Sindicato, a reunirem-se, em Assembleia Geral Extraordinária, no próximo dia 23 de outubro de 2026 às 8h30m (oito horas e trinta minutos), em primeira convocação ou por falta de "QUORUM", às 9h (nove horas), em segunda convocação, em sua sede social, sito à rua Altino Arantes, 198, nesta cidade, neste Estado, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: **1.º)** Leitura, discussão e deliberação da ata da assembleia anterior; **2.º)** Reajuste da mensalidade social; **3.º)** Outros assuntos de ordem econômica. As deliberações e a aprovação dos itens relacionados serão feitas por escrutínio secreto e não havendo número legal de sócios em 1.ª convocação, a mesma será realizada trinta minutos após em 2.ª convocação, com qualquer número de sócios presentes no local e data publicados.

Capão Bonito, 15 de outubro de 2026

Pedro Silva de Sousa
Diretor Presidente
RG nº 2.185.793

Capão Bonito inaugura nova UBS Rural e amplia estrutura de atendimento à população do campo

Unidade recebeu o nome da enfermeira Maria Margarida Senciatti da Cruz e foi construída na região central para atender exclusivamente moradores da zona rural

A Prefeitura de Capão Bonito inaugurou, em 2026, a nova Unidade Básica de Saúde CS1 – Rural "Maria Margarida Senciatti da Cruz", construída na região central do município, ao lado da UBS 1. A unidade foi planejada para oferecer atendimento exclusivo aos moradores da zona rural que precisam se deslocar até a cidade em busca de assistência à saúde, proporcionando uma estrutura específica para receber essa população.









A implantação da UBS Rural representa um avanço na organização da rede municipal de saúde, especialmente para moradores de comunidades que não possuem uma unidade de atendimento em sua localidade. Com a nova estrutura, a administração municipal busca oferecer melhores condições de acolhimento e atendimento aos pacientes provenientes das diferentes regiões rurais de Capão Bonito.

O prédio foi construído para essa finalidade e conta com recepção, salas de espera, consultórios, ambientes administrativos e espaços destinados à organização dos serviços de saúde. A unidade possui mobiliário clínico, equipamentos de informática, salas climatizadas e ambientes preparados para receber os usuários, proporcionando uma estrutura adequada às atividades desenvolvidas pela equipe de saúde.

A solenidade de inauguração reuniu autoridades municipais, representantes do Legislativo, familiares da homenageada e integrantes da comunidade. Participaram o prefeito Júlio Fernando Galvão Dias, o vice-prefeito Roberto Tamura, a secretária municipal de Saúde – Andrea Milani, os secretários Marcelo Batista, de Planejamento, e José Saito, de Governo, além do presidente da Câmara Municipal, Alan Senciatti, e vereadores.

Também estiveram presentes representantes políticos, entre eles Tiago Lacerda, assessor do deputado estadual Edson Giriboni, e o pastor José Santana, que acompanhou a cerimônia.

Um dos momentos mais significativos da inauguração foi a homenagem à enfermeira Maria Margarida Senciatti da Cruz, que dá nome à nova unidade. Reconhecida por sua dedicação à saúde da população, Maria Margarida construiu uma trajetória de atendimento a crianças, jovens, adultos e idosos, tanto da zona rural quanto da área urbana de Capão Bonito.

Durante seu pronunciamento, o prefeito Júlio Fernando destacou a importância da nova estrutura para os moradores do campo. "Esta unidade básica de saúde que vai atender em especial a nossa zona rural é mais um equipamento que estamos colocando à disposição da nossa população", afirmou.

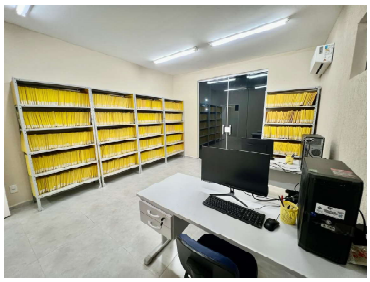
O prefeito também ressaltou o significado da homenagem à profissional. "Este equipamento leva o nome de uma enfermeira, de uma pessoa que dedicou sua vida para cuidar da saúde da nossa gente, cuidar das nossas crianças, dos nossos jovens, dos nossos adultos, da nossa melhor idade, tanto da zona rural quanto da zona urbana."

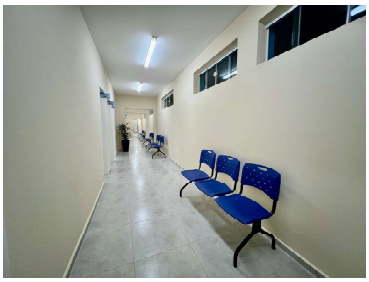
Júlio Fernando relembrou ainda sua convivência com Maria Margarida, destacando o compromisso da enfermeira com as pessoas que procuravam atendimento. A cerimônia contou com a presença de familiares da homenageada, incluindo seu Pedro e os filhos Jura e Jeremias, que acompanharam esse momento de reconhecimento à sua trajetória.

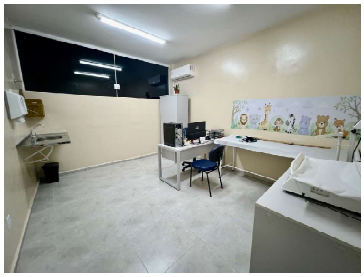
A nova UBS Rural passa a integrar a estrutura municipal de saúde como um espaço destinado especificamente à população das comunidades rurais. Sua localização central facilita o acesso dos moradores que já precisam se deslocar até a cidade, enquanto a organização de uma unidade própria busca contribuir para um atendimento mais direcionado às necessidades desse público.

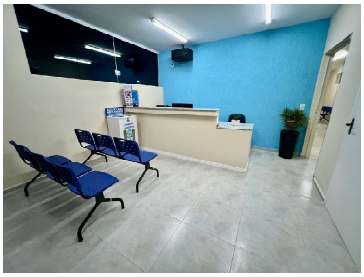
Com a inauguração, a Prefeitura de Capão Bonito entrega um novo equipamento público de saúde e presta uma homenagem permanente à memória de Maria Margarida Senciatti da Cruz, unindo a ampliação da estrutura de atendimento ao reconhecimento de uma profissional que dedicou sua trajetória ao cuidado da população.

Assessoria de Imprensa
Prefeitura Capão Bonito













ACCB conquista nove pódios em corrida de 5 km em Capão Bonito

A Associação de Corredores e Ciclistas de Capão Bonito (ACCB) foi destaque na segunda edição da Corrida da Padroeira do Brasil/Outubro Rosa, realizada no último domingo (11), em Capão Bonito. A equipe participou da prova com 19 atletas e conquistou nove pódios, incluindo o terceiro lugar na classificação geral.

O evento foi promovido pela Prefeitura Municipal de Capão Bonito e pela Paróquia Nossa Senhora Aparecida, em parceria com o vereador Neto Tallarico e o educador físico Josemar Alves. A corrida integrou a programação da Festa da Padroeira e das ações do Outubro Rosa.

A atividade reuniu aproximadamente 200 participantes e contou com percursos de 5 quilômetros para corrida e 3 quilômetros para caminhada, passando pelas ruas da Vila Aparecida. Todos os participantes receberam medalhas de participação, enquanto os melhores colocados na classificação geral e nas categorias foram premiados com troféus.

O principal destaque foi Antonio Pedro, que garantiu a terceira colocação geral da corrida, reforçando o bom desempenho da equipe capão-bonitense.

Ao todo, foram quatro primeiros lugares nas categorias, quatro colocações entre segundo e terceiro lugares por faixa etária e um pódio na classificação geral, demonstrando a representatividade da ACCB nas corridas de rua.



A participação da equipe conta com o apoio da Prefeitura e da Câmara Municipal de Capão Bonito, por meio de emendas impositivas, incentivo importante para o desenvolvimento do esporte e a participação dos atletas em competições.

Para a associação, os resultados vão além das medalhas e dos troféus. A participação em eventos esportivos também promove saúde, qualidade de vida, disciplina, amizade e incentivo à prática de atividades físicas.

A ACCB agradeceu à Paróquia Nossa Senhora Aparecida pela realização do evento, à Prefeitura e à Câmara Municipal pelo apoio, além de parabenizar os 19 atletas que participaram da prova, representando Capão Bonito com dedicação e espírito esportivo.





Confira os resultados da ACCB por categoria:

1º lugar
Ezequiel
50 a 54 anos
Waldecir
60 a 64 anos
José Miguel
65 anos ou mais
Juliana Telles
15 a 19 anos

2º lugar
Airton Fogaça
60 a 64 anos
Ademilson
55 a 59 anos

3º lugar
Antonio Pedro
classificação geral
Hélio Martins
45 a 49 anos
José Estelita
60 anos ou mais











O MUNDO PRECISA DO SEU SORRISO!
WATANABE
ODONTOLOGIA
Edson Kazuhira Watanabe
Cirurgião-Dentista | Clínico Geral
CRO-SP: 45.285
Millene Hikari Watanabe
Cirurgiã-Dentista | Especialista em Harmonização Orofacial
CRO-SP: 161.195
Rua Expedicionários, 607 | Centro | Capão Bonito | SP | 15.3542.2703 | 15.99762.4268 @watanabeodontologia_cb

2ª edição do Desafio em Dose Dupla reúne mulheres em Capão Bonito

Capão Bonito recebeu, no último domingo (11), a segunda edição do Desafio em Dose Dupla, corrida organizada pela empresa TC Crono e voltada exclusivamente ao público feminino. Com um formato diferente das tradicionais corridas de rua, a prova foi disputada em duplas, com a soma dos tempos das duas participantes para definir a classificação.

A concentração aconteceu na Associação Sabesp, e o percurso de 4,7 quilômetros passou pelos bairros Santa Rosa, Jardim Europa e Parque das Nações, proporcionando um verdadeiro desafio às participantes.

Todas as duplas completaram a prova, demonstrando determinação, parceria e a força das mulheres no esporte.

As categorias foram divididas por faixas etárias agregadas, e as cinco melhores duplas de cada categoria foram premiadas no pódio. Confira as cinco duplas mais rápidas do evento:



1º lugar: Elizabete de Almeida Costa e Paula Regina Santana - 42min 08s701.

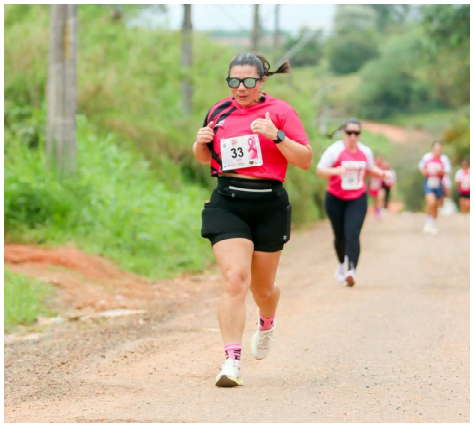
2º lugar: Diana Aparecida do Nascimento Cruz e Noeli Maria de Lima - 45min18s725.

3º lugar: Camila Monik Laitz e Vanusa Cibele Ap. Pedroso França - 49min27s910.

4º lugar: Aurenete de Oliveira Silva e Janaína Chaves Rodrigues Machado - 49min53s859.

5º lugar: Adriana Paiva e Mariane Paiva - 51min21s165.

O Desafio em Dose Dupla reforça a presença feminina nas atividades esportivas e promove a integração, o incentivo à saúde e a prática da corrida de rua em Capão Bonito.





Copa Ana Benta começa neste domingo com quatro jogos

A quarta edição da Copa Ana Benta de Futebol começa neste domingo (18), com a realização da rodada de abertura. A competição reúne 20 equipes, divididas em quatro grupos, e promete movimentar o futebol amador de Capão Bonito.

Na primeira fase, as equipes se enfrentam dentro de suas respectivas chaves. Ao final dessa etapa, os dois primeiros colocados de cada grupo garantem classificação para a segunda fase.



Ribeirão dos Cruzes



Confira os jogos da rodada de abertura

As partidas serão realizadas no campo do Bairro Ana Benta, com os seguintes confrontos:

Ana Benta x
Atlético Pereira

Botafogo x
Igaratá/Calhas Dingo

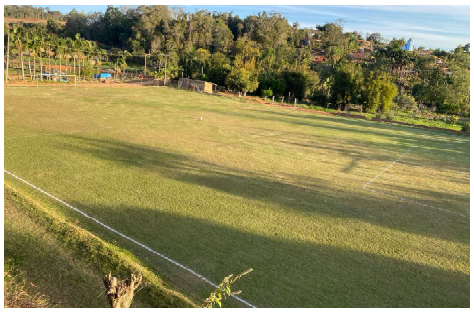
Ribeirão dos Cruzes x
Porto Futebol Clube

Alegre Futebol Clube x
Ribeirão Grande

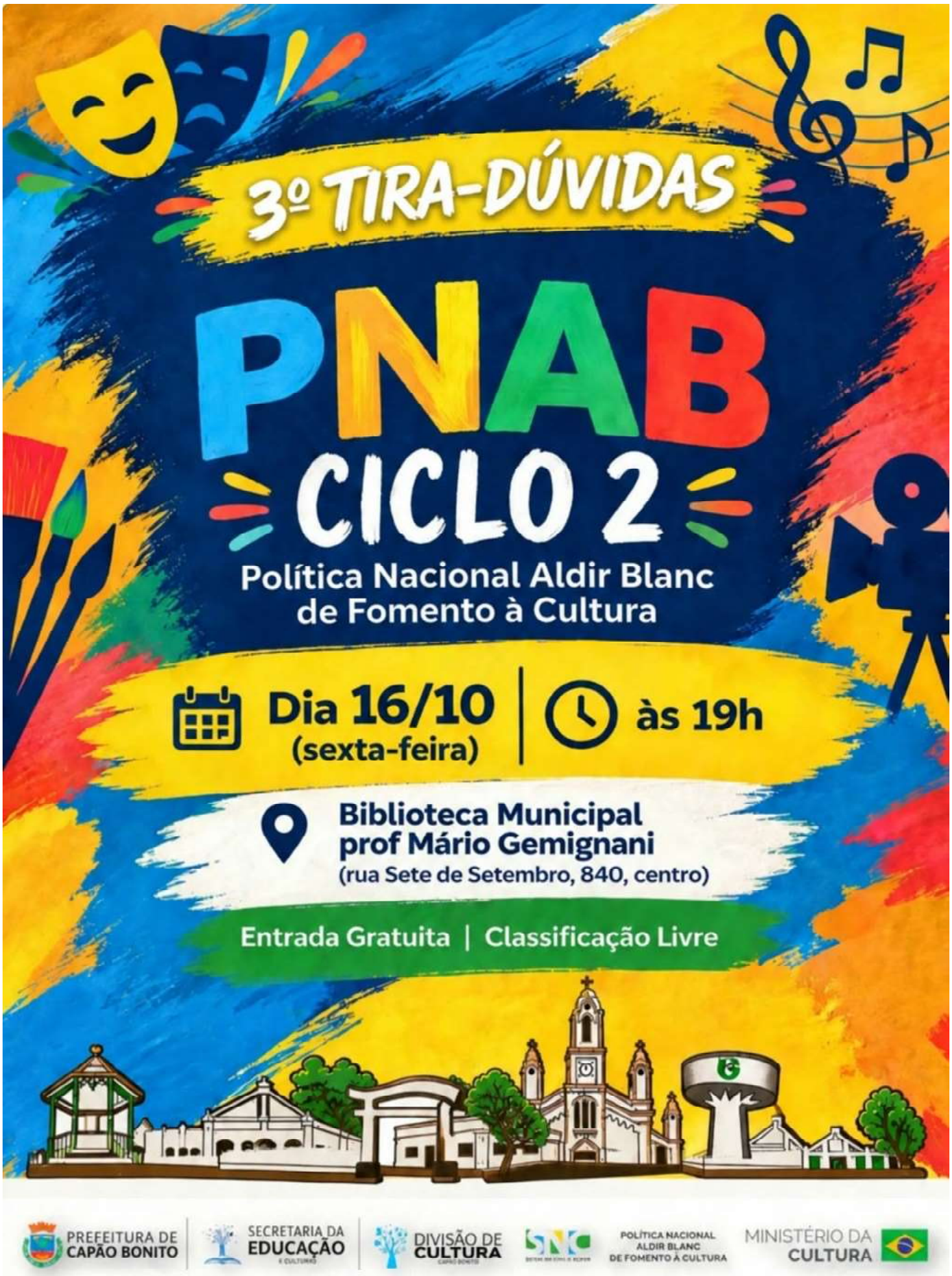
A organização da Copa Ana Benta está a cargo dos esportistas Gilson, Ednelson, Otávio, Gustavo e Leandro, que trabalham para mais uma edição da competição, valorizando o futebol amador e promovendo a integração entre as equipes participantes.



Leandro, Gustavo, Gilson, Ednelson – organizadores da 4ª Copa Ana Benta

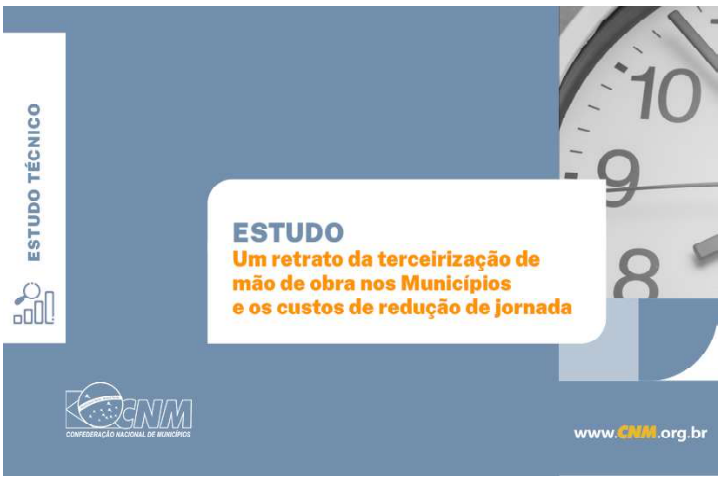





3º TIRA-DÚVIDAS
PNAB
CICLO 2
Política Nacional Aldir Blanc
de Fomento à Cultura
Dia 16/10
(sexta-feira)
às 19h
Biblioteca Municipal
prof Mário Gemignani
(rua Sete de Setembro, 840, centro)
Entrada Gratuita | Classificação Livre
PREFEITURA DE CAPÃO BONITO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE CULTURA
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
MINISTÉRIO DA CULTURA

Pesquisa da CNM mostra que fim da escala 6x1 para terceirizados custará R$ 5,14 bi aos cofres municipais

O fim da escala de trabalho 6x1 para trabalhadores de empresas terceirizadas que prestam serviços aos Municípios deve gerar um impacto de R$ 5,14 bilhões por ano aos cofres públicos. A estimativa foi elaborada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) a partir de uma pesquisa feita com gestores locais e considera o período total de transição. De acordo com os cálculos da entidade, o custo total da redução da jornada laboral será de R$ 6,6 bilhões anuais, considerando R$ 1,49 bilhão de gastos com contratações diretas.



O estudo considerou o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que aguarda promulgação pelo Congresso, e reduz o limite da jornada semanal para 40 horas. A PEC prevê aditamento do contrato entre a empresa fornecedora da mão de obra e a administração um ano após a publicação da emenda constitucional, a fim de promover um reajustamento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com terceirizados.

"Para manter o mesmo nível de prestação dos serviços públicos, as empresas terceirizadas precisarão ampliar as contratações e irão repassar esses custos, o que irá gerar um desequilíbrio nos contratos públicos com as prefeituras. Os Municípios já enfrentam orçamentos no limite e não têm recursos para custear essa medida. Sem uma previsão orçamentária devida, muitos serviços podem ser afetados, prejudicando a população", alerta o presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski.

Terceirização

Na pesquisa feita com 2.146 Municípios (38,6% do total), 75% dos gestores disseram contratar serviços terceirizados, mas a adesão a esse instrumento aumenta de acordo com o tamanho do Ente federativo. Devido a essa diferença, a CNM calculou que, em média, um Município de pequeno porte irá gastar R$ 447 mil por ano com a redução da jornada. O valor sobe para R$ 2,2 milhões em cidades de médio porte e chega a R$ 28,8 milhões para grandes Municípios.

De acordo com o levantamento, os trabalhadores terceirizados nas prefeituras somam mais de 1 milhão de pessoas. Em cerca de um quinto das administrações locais (21%), esse grupo ultrapassa cem profissionais.

Os serviços terceirizados mais comuns são conservação, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (69%), manutenção de prédios, equipamentos e instalações (44%), serviços de informática (29%) e serviços de segurança e vigilância (27%).

Quanto aos motivos para terceirização, a demanda de serviço superior à capacidade do quadro próprio (57%) é a principal resposta apontada pelos gestores, seguido por redução de custos, incluindo gastos com pessoal (42%) e dificuldade na manutenção de profissionais (40%).

Na avaliação da CNM, o estudo revela a consolidação da terceirização como uma ferramenta de gestão amplamente disseminada e multifatorial, adotada para suprir a demanda pública e contornar a escassez de quadros próprios. Diante dessa dependência operacional, a redução da jornada de trabalho para esses trabalhadores levará a reajustes contratuais bilionários para as prefeituras, ameaçando a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população.

ASSOCIE-SE À *SANTA CASA*,
UM DIA VOCÊ PODE PRECISAR DELA








ROCK IN RIBEIRÃO
DIA: 17/10/2026
LOCAL: CENTRO POLIESPORTIVO
Início às 14hs
"BANDAS CONFIRMADAS"
FEIRA DA LUA
Ribeirão Grande - SP
TAMBÉM VAI ESTAR PRESENTE!
Venha prestigiar nossa barraca e apoiar os feirantes!
✓ Artesanato
✓ Gastronomia
✓ Produtos Locais
✓ e muito mais!
Feira da Lua
Ribeirão Grande - SP
PRESTIGIE O COMÉRCIO LOCAL!
Feira da Lua
JUNTOS FORTALECEMOS NOSSA CIDADE!
PREFEITURA MUNICIPAL
RIBEIRÃO GRANDE
DEPARTAMENTO DE TURISMO E CULTURA
LEGADU
Festas & Eventos
LOCAÇÕES PARA SEU EVENTO!

Fim da 6x1: preços mais altos ao consumidor, informalidade e novos custos às empresas

Proposta aprovada pelo Senado desconsidera a diversidade das escalas de trabalho nos setores e a realidade financeira dos negócios

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1 pode desorganizar as escalas de trabalho de diversos setores e elevar os preços de produtos e serviços, encarecendo a cesta de consumo das famílias e aumentando a informalidade. Essa é a avaliação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) sobre a aprovação da medida, ocorrida na quarta-feira (14), no Senado Federal.

Desde o início da tramitação da proposta, a FecomercioSP vem alertando para os impactos da mudança sobre empresas e trabalhadores, com sugestões para aperfeiçoar a PEC e mitigar seus reflexos operacionais e econômicos. Na avaliação da Entidade, a redução da jornada laboral é uma discussão legítima, mas seus reflexos no mercado de trabalho, na atividade econômica e na segurança jurídica não foram analisados com a profundidade que o tema exige, muito em razão do período eleitoral no qual tramitou.

Dentre as sugestões que a Federação apresentou ao projeto, destaca-se a necessidade de preservar a negociação das condições de trabalho entre as entidades representativas de trabalhadores e empregadores, mantendo o modelo estabelecido na Constituição Federal de 1988 e ratificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Para a FecomercioSP, não é racional estipular um único modelo de escala de trabalho para todo o País. No Comércio, que reúne atividades bastante diversificadas, com diferentes horários de funcionamento e necessidades de atendimento, por exemplo, os efeitos serão particularmente nocivos. Para se ter uma ideia dessa complexidade, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) aplicável à capital paulista conta com um capítulo dedicado à jornada e à escala, com múltiplas regras para atender às diferentes necessidades do setor.

A PEC, portanto, limita um mecanismo que permite aos setores produtivos e aos trabalhadores definir os critérios de organização do trabalho de acordo com a realidade de cada segmento. A possibilidade de estabelecer condições específicas por meio da negociação coletiva, segundo o texto, ficaria restrita a situações excepcionais. Atualmente, o mercado laboral já promove ajustes de jornada de forma gradual e por meio dessas negociações. Isso ajuda a explicar por que a jornada efetivamente trabalhada é, em média, de 39 horas semanais, e não de 44 horas. O ideal seria que as mudanças implementadas na Constituição pudessem conviver tanto com regimes diferenciados, instituídos mediante legislação infraconstitucional, quanto com aqueles construídos pela negociação coletiva de trabalho, respeitando a Carta Magna e a autonomia das entidades sindicais.

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) tendem a ser as mais afetadas pela medida, uma vez que dispõem de menores capacidades financeira e operacional para absorver o aumento dos custos e reorganizar as jornadas de trabalho. Por isso, a implementação das mudanças deveria considerar as particularidades desses negócios, inclusive com a adoção de regimes tributários diferenciados, sobretudo em relação aos encargos sobre a folha de pagamentos.

Estimativas da FecomercioSP indicam que a redução da jornada para 40 horas semanais poderia elevar os custos nacionais com pagamentos em aproximadamente R$ 158 bilhões, em um cenário conservador. Os impactos, porém, vão além do aumento do custo da hora trabalhada e envolvem a reorganização das equipes e a manutenção do atendimento ao consumidor.



Empregos dependem de empresas saudáveis

Outro ponto que pode gerar desdobramentos significativos aos setores produtivos é o processo de implementação das mudanças. Na avaliação da FecomercioSP, o prazo de 14 meses previsto para a transição é insuficiente e não considera a atual conjuntura econômica, tampouco a realidade financeira das empresas. De acordo com a Serasa Experian, 9,2 milhões de negócios estavam inadimplentes até julho de 2026 — o maior patamar da série histórica, iniciada em 2016 —, somando R$ 238,6 bilhões em dívidas negativadas. Em 2025, foram 2.466 pedidos de recuperação judicial, outro recorde para a série. Em muitos desses casos, atingindo grandes varejistas nacionais.

A questão também envolve as regras de remuneração previstas no texto, que podem elevar automaticamente o custo da hora trabalhada sem que as empresas contem com a mesma disponibilidade de horas de trabalho dos funcionários. Por isso, a Federação defendeu a garantia do valor da hora trabalhada, permitindo que as negociações coletivas ajustem os salários mensais dos empregados de acordo com a realidade da jornada reduzida.

O Comércio, um setor intensivo em mão de obra, responde por cerca de 20% dos empregos celetistas no Estado de São Paulo. Só o varejo emprega mais de 2 milhões de trabalhadores. Os serviços de apoio a edifícios (limpeza, portaria e manutenção de condomínios), o transporte terrestre e a alimentação fora do lar empregam, cada um, mais de 600 mil pessoas.

As ocupações mais diretamente ligadas ao atendimento ao consumidor concentram uma parcela expressiva desses postos de trabalho. No varejo paulista, vendedores e demonstradores somam cerca de 770 mil trabalhadores, ou 37% do emprego do setor, enquanto os operadores de caixa representam, aproximadamente, 190 mil, ou 9%. Somadas, essas duas ocupações respondem por quase metade dos empregos no varejo. Com auxiliares administrativos, auxiliares de estoque e trabalhadores da preparação de alimentos, a participação ultrapassa 60%.

Nesses segmentos, a organização laboral precisa garantir equipes em diferentes turnos, especialmente aos fins de semana e nos períodos de maior movimento. Como são atividades que dependem diretamente da disponibilidade de atendimento e operam, em muitos casos, com margens reduzidas, a substituição de mão de obra por tecnologia é limitada. A alteração compulsória das escalas, portanto, exige mais do que uma simples redistribuição das horas trabalhadas: pode demandar contratações adicionais, mudanças nos turnos e revisão dos horários de funcionamento.

Essas adaptações podem pressionar os custos operacionais e, dependendo da capacidade de absorção de cada negócio, resultar em repasses aos preços, redução do período de atendimento e dificuldades para manter postos formais, comprometendo a sustentabilidade dos negócios.

A alteração da jornada impacta, sobretudo, as escalas de trabalho e de descanso, uma vez que neste último caso foi estabelecido um dia a mais por semana. Isso representa um problema substancial, já que alguns setores já enfrentam dificuldades para contratar profissionais, e a nova jornada pode exigir contratações adicionais para preencher as escalas de revezamento. Além disso, praticamente todas as alternativas dependem de negociação com as representações laborais.

Algumas opções para as empresas são novas formas de contratação, como o contrato por hora e o contrato de trabalho intermitente, que não exigem negociação coletiva para a sua adoção. Já alguns regimes de jornada, como os modelos parcial e reduzido, a escala 12x36 e a semana espanhola, além do banco de horas, estão sujeitos à negociação coletiva.

As empresas também dispõem de ferramentas, como o trabalho temporário, a implementação de escalas de revezamento com folgas móveis, os ajustes nos horários de funcionamento e a automação. Contudo, são alternativas que geram custos.

A adaptação à nova realidade dependerá, mais do que nunca, da negociação coletiva. A busca por alternativas passará a integrar um processo negocial contínuo, no qual as representações sindicais patronais terão papel de protagonismo, sobretudo no apoio aos negócios de menor porte, que enfrentarão mais dificuldades para implementar escalas de revezamento em razão de seus quadros funcionais reduzidos. Outro obstáculo para esses negócios será a adoção de novas tecnologias, em decorrência da limitação de recursos financeiros.

Sobre a FecomercioSP

Reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

O silêncio entre a vida e a eternidade

A vida descansa depois de uma longa jornada. Não há nenhum mérito em viver; viver é necessário. A vida não é um fardo, é presente, é dádiva. Talvez seja esse o primeiro mistério: estar no mundo antes mesmo de compreender o significado de nele existir. Depois de uma noite, um dia nasceu, em mensagem refletida no coração da humanidade. A vida é o momento, como pode ser o instante. Assim, ouve-se o silêncio e escuta-se a voz da vida na intimidade com Deus. Há perguntas que não precisam de respostas, pois o próprio silêncio, em sua linguagem indecifrável, já nos conduz a algum lugar.

E o vento soprou nas narinas do mundo e, consigo, plantou no coração da humanidade o amor que ainda floresce. Há, nessa imagem ancestral do sopro, algo que atravessa os tempos: a vida recebida como dádiva e devolvida ao mundo em gestos de humanidade. Para dizer que um dia foi saudade, retalhos de lembranças confeccionados com a linha do horizonte, para adormecer na eternidade. E, nesse algo que mora em nós, habita a plenitude que nos compõe e nos refaz. É o silêncio conversando, num diálogo entre o ser e o próprio ser, com a profundidade de um sentimento repleto de humanidade.

Como se, por um instante, pudéssemos escutar aquilo que Clarice Lispector tantas vezes nos faz pressentir: há experiências que escapam às palavras, embora continuem pulsando dentro de nós. A serenidade e o afago das mãos que resvalam pela inteireza de todo o ser, refletido no espelho da alma.

Humanamente, demasiado humano. Entre nós e o entrelaçamento do todo, uma visão profunda do ser que se nutre de suas próprias inquietações. A expressão de Nietzsche parece encontrar aqui um lugar: somos humanos, demasiado humanos, feitos de contradições, fragilidades, desejos e esperanças. Para longe, muito próximo, quase ao alcance das mãos. De repente, é a vida; logo depois, sentimentos que emergem em lágrimas. Olhares perdidos à procura de algo em um horizonte distante. Agora é semente; amanhã serão frutos nutrindo a esperança. E talvez sejamos também isso: a possibilidade de recomeçar, mesmo quando o caminho parece ter perdido sua direção.

No outro lado do caminho, o silêncio ao longo da margem da existência. Um dia, partiu em busca da vida, mesmo escondida nas trincheiras do desconhecido. As águas estavam calmas, e a vida passava no sossego dos inquietantes momentos entre chegadas e partidas. O cais e a solidão dos barcos velejando em direção ao próprio destino. Há partidas que não encerram uma história; apenas transferem sua presença para o território das lembranças. O tempo, esse velho enigma que nos atravessa, parece correr sem que possamos segurá-lo. Santo Agostinho, ao refletir sobre o tempo, voltou o olhar para a interioridade humana, como se passado e futuro encontrassem no presente o lugar de sua permanência. Dentre os momentos, o instante entre o tempo e a saudade, sob as asas de um pássaro que ainda sonha.

Um dia escrito nas páginas de um livro que não quis voar sob o vento das novas possibilidades. Ainda se contam novas histórias sobre os velhos tempos de poesias ao sol e chuvas de primavera. Cada palavra de um longo texto, cada passo de uma longa caminhada e cada vida guardada em um baú de saudade. A vida é cheia de imprevistos, embora nada se espere do inesperado. Há páginas que permanecem abertas, mesmo depois de encerrada a leitura, e personagens que continuam caminhando dentro de nós.

Talvez Fernando Pessoa tivesse razão ao fazer da multiplicidade do ser uma matéria de poesia: somos muitos dentro de nós mesmos, atravessados por lembranças, vozes e sentimentos que nem sempre reconhecemos como nossos. E assim, cada olhar que deixou de olhar fechou-se em uma lágrima para ver melhor.

No outro caminho, um novo caminhar e, assim, corações partidos. Das dores do caminhar, sempre surgem feridas curadas e dores cicatrizadas. Lá no jardim da saudade, flores sem primavera e corações demasiado prontos para o amor. Vida e saudade são passos do mesmo caminhar. Vasos de flores enfeitam os corações e, depois, desabrocham antes que as sementes germinem. Existe uma estranha sabedoria nas coisas que florescem fora de seu tempo, como se a natureza nos ensinasse que nem tudo obedece à pressa dos nossos desejos. No céu do olhar, um gosto de vida que quer saborear a doçura dos momentos na completude do viver. Porque amar talvez seja isso: acolher a imperfeição do mundo sem deixar de acreditar na possibilidade de torná-lo mais humano.

Depois de alguns versos, o rio saciou a sede, e o horizonte sonhou outra vez com um beijo na face da vida. E se as noites não quisessem ser escuras? O luar seria eterno, e as estrelas brilhariam de mãos dadas com o sol. Mas talvez a luz só tenha sentido porque conhecemos a sombra, e talvez a esperança encontre sua maior grandeza justamente onde a realidade parece negá-la. O perfume dos lírios nos líricos cânticos dos dias felizes.

Assim como os sonhos caminham nas veredas do lirismo de uma vida que passou para a eternidade. Há uma poesia silenciosa na passagem das horas, um verso que não se escreve no papel, mas permanece na memória de quem soube contemplar o mundo.

E se a vida fosse soprada pelo vento, o sentimento nasceria no jardim da saudade. Os pés que pisam a terra, o barro que contorna a imagem do infinito. Somos feitos também dessa matéria simples, desse pó que ganha forma e, por um breve instante, aprende a amar. O pão tem fome, e a água farta a vida em um gesto de benevolência. O caminho para o horizonte e uma escada para o infinito. O amor nos dias de paz, e a paz quer abraçar a vida para semear um mundo novo. A inspiração do poeta no silêncio de uma flor e a constelação estelar da vida sob o olhar fraterno da irmandade. Talvez a grandeza humana não esteja em conquistar o infinito, mas em reconhecer a dignidade de quem caminha ao nosso lado. A transcendência, afinal, também pode morar em um gesto de cuidado, em uma mão estendida, em um pedaço de pão repartido.

O mistério da vida, o indecifrável. A vida não é um enigma para ser decifrado. A vida é para ser admirada e vivenciada. Talvez seja esse o ponto em que a filosofia precise fazer silêncio para que a existência possa falar. O sublime do amanhecer e a sublimidade do anoitecer. A lua aos pés da cama, em um sono profundo, enquanto as estrelas iluminam o caminho a seguir. O poder da bondade e os olhos do coração que enxergam a humanidade admirando a si mesma. Não se trata de encontrar uma resposta definitiva, mas de aprender a habitar as perguntas, aceitando que algumas verdades só se revelam quando abandonamos a pretensão de possuir todas as respostas.

Portanto, são os momentos, todos os momentos, aglutinando afetos, mesmo quando o mundo diz não. Agora, um tempo para contemplar a vida e todos os milagres da sublimação humana. A fragilidade enaltece a fortaleza do templo humano. Somos fortes não porque deixamos de sentir a dor, mas porque, apesar dela, ainda somos capazes de acolher, compreender e amar. Lágrimas que choram pelos olhares que se fecharam. Há ausências que permanecem como uma presença silenciosa, e lembranças que se transformam em pontes entre aquilo que fomos e aquilo que ainda podemos ser. No outro lado do caminho, não há lamentos: tudo é infinito e infinitamente pleno. E talvez a eternidade não seja apenas o lugar para onde partimos, mas também aquilo que deixamos florescer nos outros enquanto ainda estamos aqui.

Luiz Carlos de Proença Autor dos livros: A pele do vento e Humana poesia

O interesse recursal das empresas contratadas nos Tribunais de Contas

Em julgamentos proferidos pelos Tribunais de Contas, é comum que licitações e contratos administrativos sejam declarados irregulares em virtude de falhas cometidas exclusivamente pela Administração Pública durante a fase interna do certame, ou seja, aquele período preparatório que antecede a publicação do edital. Diante desse cenário rotineiro, surge a questão: a empresa contratada, que não deu causa às irregularidades formais ou de planejamento, possui legitimidade e interesse recursal para contestar a decisão?

Para compreender essa dinâmica processual, é necessário afastar a transposição automática de conceitos do Código de Processo Civil (CPC) para o âmbito do controle externo. Nos Tribunais de Contas, o processo não se desenvolve a partir de pretensões litigiosas contrapostas ou de conflitos de interesses individuais tutelados pela jurisdição comum, mas sim com a finalidade primária de verificar a conformidade dos atos da Administração com o ordenamento jurídico. Por essa razão, categorias clássicas do direito processual civil, como o conceito de "parte vencida", não possuem a mesma dimensão nessa jurisdição especializada.

A legitimidade recursal aqui é ditada por regras próprias. O artigo 53 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, diploma que rege o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), por exemplo, estabelece de forma autônoma que, além de outros entes, "o interessado no processo" e "o terceiro prejudicado" poderão interpor recursos. No processo administrativo de contas, o conceito de interessado reveste-se de grande amplitude. Ele abrange todos aqueles cuja esfera jurídica possa, de alguma forma, ser atingida pela decisão do órgão de controle, independentemente de serem considerados os responsáveis diretos pelos atos irregulares sob análise.

É inquestionável que as empresas contratadas participam do procedimento licitatório, firmam negócios jurídicos e estabelecem uma relação contratual com o Poder Público, sujeitando-se, consequentemente, ao controle externo. Portanto, o interesse recursal de uma empresa contratada advém da própria lei de regência, uma vez que sua posição de interessada decorre de sua participação direta na situação fático-jurídica levada a julgamento.

Para que se postule nos Tribunais de Contas, exige-se a demonstração de interesse, traduzido no binômio necessidade-utilidade do apelo para a obtenção de uma situação jurídica mais favorável. Um erro comum é resumir o "prejuízo jurídico" à imposição direta de multas, débitos ou responsabilização pessoal. O prejuízo existe sempre que a decisão incide de forma negativa sobre a relação jurídica da qual o recorrente é partícipe. Quando um Tribunal de Contas desqualifica um contrato e seus aditivos, o pronunciamento atinge frontalmente os instrumentos que disciplinam o prazo, o preço e a continuidade do vínculo obrigacional do qual a empresa é parte integrante.

Além disso, é imprescindível lançar luz sobre a dimensão imaterial do patrimônio empresarial. O ordenamento jurídico protege expressamente a reputação da pessoa jurídica, compreendendo que elementos como o crédito, a fama e a confiança conquistada perante o mercado e o Poder Público integram o seu fundo de comércio. Conforme assentado pela Súmula nº 227 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a pessoa jurídica é detentora de honra objetiva e pode sofrer dano moral. Logo, um pronunciamento de um Tribunal de Contas que qualifica como "irregular" uma contratação repercute negativamente nessa dimensão intangível, podendo, inclusive, desestimular a Administração a promover eventuais prorrogações daquele contrato.

A corrente contrária ao conhecimento desses recursos poderia citar o artigo 18 do CPC, sob a premissa de que a empresa estaria vedada de pleitear direito alheio em nome próprio ao tentar justificar atos da Administração. Entendo, contudo, que se trata de um equívoco interpretativo, pois não há substituição processual no caso, mas sim uma sobreposição de interesses. É do interesse da empresa, de forma convergente ao do ente público, comprovar a licitude do procedimento licitatório no limite de seu alcance argumentativo, com o fim de resguardar o contrato por ela assinado. O fato de uma Prefeitura decidir conformar-se com a decisão não possui o condão de suprimir o direito da empresa contratada de impugnar o julgado que impacta a sua própria esfera jurídica.

Por fim, não se pode ignorar os efeitos práticos irradiados pelas decisões das Cortes de Contas. A decretação de irregularidade aciona dispositivos legais que determinam a comunicação imediata do fato à respectiva Casa Legislativa, que pode adotar providências contundentes no exercício de seu controle externo, tais como instaurar apurações próprias ou realizar diligências relacionadas ao contrato firmado com a empresa. O interesse recursal revela-se, justamente, na prerrogativa de prevenir a consolidação dessas consequências potencialmente lesivas.

Em suma, a ausência de responsabilidade da empresa por falhas cometidas na fase interna de uma licitação conduzida pelo Poder Público não torna o julgamento de irregularidade inofensivo ou indiferente à sua esfera jurídica. Foi esse o entendimento expresso pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no âmbito do TC-016712.989.25-0, em sessão de 16-09-2026.

Para o TCESP, negar a uma contratada o direito ao duplo grau de jurisdição sob esse pretexto é ignorar os inegáveis gravames contratuais, econômicos e reputacionais que a decisão originária lhe impõe. Reconhecer a legitimidade e o interesse recursal nestes casos é, antes de tudo, dar efetividade aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa no âmbito do sensível e necessário controle externo da Administração Pública.

Dimas Ramalho é Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Envolvidos em motim pró-Bolsonaro são reeleitos e batem recorde de votos ao Congresso

Dos 14 denunciados por ocupar mesa diretora, 13 venceram a eleição; mais votado faz parte da lista

Dos 14 deputados denunciados pela participação no motim bolsonarista que ocupou a mesa da Câmara e suspendeu votações do plenário em agosto de 2025, 13 foram reeleitos a cargos no Congresso e o último ainda tem chance de assumir uma cadeira ao longo dos próximos quatro anos, como suplente. Os parlamentares ocuparam a Mesa Diretora em protesto à prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro.



A lista ainda conta com o recordista de votos gerais: Nikolas Ferreira (PL-MG), que superou os 3 milhões de apoios no estado. Julia Zanatta (PL-SC) foi a mulher mais votada do estado.

Dos citados, quatro migraram para o Senado e um foi eleito governador no estado. Confira a lista e o resultado de cada um na última eleição:

Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) - reeleito deputado;

Nikolas Ferreira (PL-MG) - reeleito, com recorde de votos;

Zucco (PL-RS) - eleito governador;

Allan Garces (PP-MA) - não foi eleito, mas está na lista de suplentes;

Carol de Toni (PL-SC) - eleita para o Senado;

Marco Feliciano (PL-SP) - reeleito deputado;

Domingos Sávio (PL-MG) - eleito para o Senado;

Marcel Van Hattem (NOVO-RS) - eleito para o Senado;

Zé Trovão (PL-RS) - reeleito deputado;

Bia Kicis (PL-DF) - eleita para o Senado;

Carlos Jordy (PL-RJ) - eleito para o Senado;

Paulo Bilynskyj (PL-SP) - reeleito deputado;

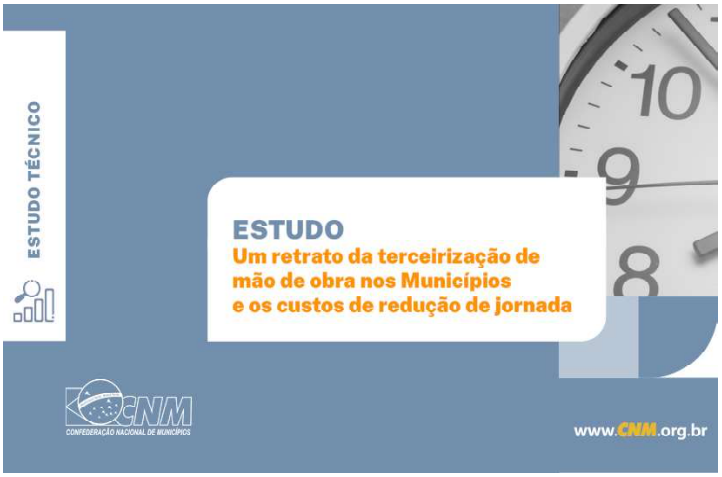
Marcos Pollon (PL-MS) - reeleito deputado;

Julia Zanatta (PL-SC) - reeleita deputada.

(R7 Planalto|Lis Cappi, do R7, em Brasília)

Pesquisa da CNM mostra que fim da escala 6x1 para terceirizados custará R$ 5,14 bi aos cofres municipais

O fim da escala de trabalho 6x1 para trabalhadores de empresas terceirizadas que prestam serviços aos Municípios deve gerar um impacto de R$ 5,14 bilhões por ano aos cofres públicos. A estimativa foi elaborada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) a partir de uma pesquisa feita com gestores locais e considera o período total de transição. De acordo com os cálculos da entidade, o custo total da redução da jornada laboral será de R$ 6,6 bilhões anuais, considerando R$ 1,49 bilhão de gastos com contratações diretas.



O estudo considerou o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que aguarda promulgação pelo Congresso, e reduz o limite da jornada semanal para 40 horas. A PEC prevê aditamento do contrato entre a empresa fornecedora da mão de obra e a administração um ano após a publicação da emenda constitucional, a fim de promover um reajustamento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com terceirizados.

"Para manter o mesmo nível de prestação dos serviços públicos, as empresas terceirizadas precisarão ampliar as contratações e irão repassar esses custos, o que irá gerar um desequilíbrio nos contratos públicos com as prefeituras. Os Municípios já enfrentam orçamentos no limite e não têm recursos para custear essa medida. Sem uma previsão orçamentária devida, muitos serviços podem ser afetados, prejudicando a população", alerta o presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski.

Terceirização

Na pesquisa feita com 2.146 Municípios (38,6% do total), 75% dos gestores disseram contratar serviços terceirizados, mas a adesão a esse instrumento aumenta de acordo com o tamanho do Ente federativo. Devido a essa diferença, a CNM calculou que, em média, um Município de pequeno porte irá gastar R$ 447 mil por ano com a redução da jornada. O valor sobe para R$ 2,2 milhões em cidades de médio porte e chega a R$ 28,8 milhões para grandes Municípios.

De acordo com o levantamento, os trabalhadores terceirizados nas prefeituras somam mais de 1 milhão de pessoas. Em cerca de um quinto das administrações locais (21%), esse grupo ultrapassa cem profissionais.

Os serviços terceirizados mais comuns são conservação, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (69%), manutenção de prédios, equipamentos e instalações (44%), serviços de informática (29%) e serviços de segurança e vigilância (27%).

Quanto aos motivos para terceirização, a demanda de serviço superior à capacidade do quadro próprio (57%) é a principal resposta apontada pelos gestores, seguido por redução de custos, incluindo gastos com pessoal (42%) e dificuldade na manutenção de profissionais (40%).

Na avaliação da CNM, o estudo revela a consolidação da terceirização como uma ferramenta de gestão amplamente disseminada e multifatorial, adotada para suprir a demanda pública e contornar a escassez de quadros próprios. Diante dessa dependência operacional, a redução da jornada de trabalho para esses trabalhadores levará a reajustes contratuais bilionários para as prefeituras, ameaçando a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população.

Micro-ônibus capota e deixa 3 mortos e 11 feridos

Dois homens e uma mulher morreram no acidente, na SP-127, em Itapetininga.
Veículo transportava pacientes oncológicos que haviam saído de Capão Bonito com destino a Bauru e Jaú













Darci Domingues Jardim
53 anos



Maria das Graças Fogaça
71 anos



Carlos Augusto Orsi
71 anos

Os corpos das três vítimas do acidente envolvendo um micro-ônibus na Rodovia Professor Francisco da Silva Pontes (SP-127), em Itapetininga (SP), na madrugada de terça-feira (13), foram sepultados em Capão Bonito (SP), nesta quarta (14).

Darci Domingues Jardim, de 53 anos, e Maria das Graças Fogaça, de 71, foram sepultados pela manhã, no Cemitério São João Batista. Carlos Augusto Orsi, de 71 anos, foi sepultado às 16h, no mesmo local.

Os três morreram após o motorista perder o controle da direção e capotar no canteiro lateral da via. Além deles, outras 11 pessoas ficaram feridas.

Carlos Augusto fazia parte do quadro de servidores públicos de Capão Bonito desde 2022, como motorista de transporte escolar. Ele estava afastado desde abril de 2024, por motivos de saúde.

Os sobreviventes do acidente foram socorridos e encaminhados ao Hospital Léo Orsi Bernardes (HLOB), em Itapetininga. Entre os feridos, seis sofreram lesões leves, quatro tiveram ferimentos moderados e outros quatro passaram por avaliação médica.

O hospital informou que, das 11 pessoas, seis já receberam alta hospitalar, enquanto três seguem sob observação. Uma vítima precisou ser transferida para Sorocaba (SP) e outra segue internada, em estável.

Segundo apuração feita pela TV TEM, um dos sobreviventes é menor de nove anos; dois tem idades entre 20 e 29 anos; um entre 30 e 39 anos; outro de até 49 anos; três de 50 a 59 anos; dois de 60 a 69 anos e um de 70 a 79 anos.

Em nota, o Hospital Amaral Carvalho, em Jaú, que receberia os pacientes para tratamento, lamentou o acidente e manifestou apoio aos pacientes e familiares.

"Neste momento tão difícil, manifestamos nosso apoio e solidariedade a todos os pacientes envolvidos, seus familiares e amigos, assim como à população de Capão Bonito, que compartilha a dor e a incerteza diante do ocorrido. Aos familiares e amigos das vítimas expressamos nossas mais sinceras condolências."

O acidente

O acidente ocorreu pouco depois de 1h, no km 179 da rodovia, no sentido Capão Bonito. O transporte foi contratado pela Prefeitura de Capão Bonito para levar pacientes oncológicos para tratamento em Jaú e Bauru.

O acidente causou a interdição da faixa 2 da via, que foi liberada ainda na madrugada. O acostamento foi liberado no período da tarde e não houve registro de congestionamento no local.

Ao g1, a Prefeitura de Capão Bonito informou que a causa do acidente está sendo investigada pelos órgãos competentes, que está à disposição das famílias das vítimas e lamenta as mortes do acidente. *(Por g1 Itapetininga e região, TV TEM)*